

Deputado denuncia "caixinha" de empresários para a Constituinte

Brasília e Porto Alegre — A existência de uma caixinha de Cr\$ 4 trilhões 500 bilhões para a eleição de pelo menos 300 integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, no próximo ano, foi denunciada da tribuna da Câmara pelo Deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE). Segundo ele, a "extrema direita do empresariado brasileiro e das multinacionais" está à frente do plano.

Em Porto Alegre, o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, admitiu que "o poder econômico do empresário e sua capacidade de influência serão amplamente usados para garantir a eleição de candidatos à Constituinte compromissados com o capitalismo privado". Ele considerou isso "absolutamente normal" e disse que "nenhum político em exercício de mandato hoje conseguiu ser eleito sem um apoio financeiro".

César Valente revelou que empresários estiveram reunidos segunda-feira em São Paulo, para discutir a estratégia de participação na campanha pela Constituinte. Decidiram pôr todos os recursos à disposição de candidatos (independente de siglas partidárias) identificados com uma política econômica que favoreça o capital privado. "Vamos respaldar candidatos novos, ligados ao meio empresarial ou políticos profissionais que se enquadrem a essa idéia", disse.

Segundo o deputado, entre os organizadores do plano estariam os presidentes das Associações Comerciais de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, e do Rio de Janeiro, Rui Barreto. Citou, ainda, Gilson Machado, presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, César Rogério Valente e Antônio de Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio.

Maurício Ferreira Lima contou que as informações do plano lhe foram transmitidas por publicitários amigos seus que trabalham em agências já engajadas na veiculação de notícias e anúncios previstos na campanha dos empresários. Ele considerou a caixinha uma tentativa de ressurreição do extinto Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Disse, ainda, que os dirigentes da operação pensam gastar até Cr\$ 15 trilhões para a eleição de seus candidatos à Constituinte e que alguns desses empresários vão concorrer.

César Valente comentou que a denúncia de Ferreira Lima, com quem participou de um debate radiofônico em São Paulo, de que está sendo criada uma caixinha tem sentido "pejorativo". Declarou que os empresários, em grande maioria, estão dispostos a criar um fundo "ou vários fundos" para sustentação de campanhas de seus candidatos.

Ele acredita que, o PDS não será desfavorecido pelos empresários. "Eu, particularmente, não apoiarei o PDS. Nem me candidataria por esse partido, que esteve 21 anos no poder e permitiu um desmesurado avanço da estatização, em prejuízo do capitalismo privado".

Acrescentou que a escolha de candidatos ligados ao meio empresarial será uma maneira de "se contrapor aos apelos populistas e discursos demagógicos, cheios de promessas incapazes de cumprirem-se, que tende a caracterizar a campanha pela Constituinte". Ressaltou que o empresariado foi um fator decisivo no processo de transição do regime militar.

— É preciso ficar bem claro — disse César Valente — que vamos usar todos os recursos econômicos para eleger quem nos favoreça, e que o lobby não deve ser encarado como um mistério".



Ferreira Lima (E) e César Valente

Barreto e Afif negam que estejam envolvidos

O presidente da Federação Nacional das Associações Comerciais, o empresário carioca Ruy Barreto, afirmou desconhecer a existência de qualquer movimento, de empresários ou não, para eleger ou financiar "quem quer que seja". Ele considerou a denúncia do Deputado Maurício Ferreira Lima "uma irresponsabilidade total", porque não acredita "que a classe política seja formada por homens que se deixem comprar".

Sobre a "caixinha" de Cr\$ 4,5 trilhões denunciada por Maurício Ferreira Lima, Ruy Barreto disse que "os empresários brasileiros estão tão descapitalizados que as cifras apontadas pelo deputado tornam seu discurso uma brincadeira".

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, assegurou desconhecer a realização da reunião mencionada por César Rogério Valente — da qual Afif teria participado na última segunda-feira em São Paulo.

O empresário paulista ao negar a existência de um movimento do empresariado para financiar campanhas afirmou: "Não sei do que o deputado está falando, pois represento empresários que têm o verbo e não a verba. São pequenos e médios empresários que têm condições de eleger seus representantes sem precisar comprar votos". Afif acrescentou que o apoio a seu nome como candidato à Constituinte "foi dado às claras, pelos jornais".

O que era o IBAD

O IBAD-Instituto de Ação Democrática foi fundado em 1959 por Ivan Hasslocher, com o objetivo de explorar uma espécie de veio anticomunista, muito em voga à época. Em 1963, o Instituto foi fechado sob a alegação de ter corrompido as eleições de 1962, quando financiou cerca de 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, oito campanhas de governador e vários aspirantes a senador.

Hasslocher não tinha à época nenhuma expressão política ou empresarial. Era presidente da Promotion, empresa que geria as gordas verbas do IBAD. A empresa, que até 1960 tinha faturamento inferior a Cr\$ 10 mil mensais, chegou a financiar dois anos depois 80 programas semanais de rádio. Quando do fechamento do IBAD, o Congresso instalou CPI para apurar suas atividades. Mas as conclusões não deram em nada.

Lyra e Arinos querem reforçar lado social

Brasília e São Paulo — Depois de mais de uma hora e meia conversando sobre a "realidade brasileira", o jurista Afonso Arinos, presidente da Comissão Constitucional, e o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, concluíram que "é necessário imprimir uma orientação social ao esboço do anteprojeto da Constituição". O tempo, entretanto, foi insuficiente para decidir qualquer coisa e um novo encontro foi marcado para amanhã.

Segundo Fernando Lyra, o jurista Afonso Arinos "falou de forma decisiva" que é preciso criar condições urgentes "para que se faça uma nova abolição da escravatura". Dessa vez, dos 25 milhões de desempregados, "marginalizados do desenvolvimento". Para isso, no entender do jurista, é necessário adequar toda a legislação à realidade, através da Constituinte.

Em São Paulo, o Governador Franco Montoro defendeu a tese de que a Assembléia Nacional Constituinte deve ser convocada por proposta conjunta do Executivo, Legislativo e Judiciário. "Por unanimidade, conforme vem sendo defendido por muitos juristas, o que só depende de um entendimento político", justificou Montoro.

E
g
re
se
tif
ná
re
de
de
fo
ric
pe
su
Lo
A
E
E
de
tic
to
pr
Fi
G
su
C
C
re
ab

CANC 88
Casta Jun/85
re)56/1985